ATA NÚMERO 23/XVI/1.ª SL

Aos três dias do mês de dezembro de 2024, pelas 15:00 horas, reuniu-se a Comissão de Educação e Ciência, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças, que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

1.1. Inclusão na OD da discussão e votação na especialidade do texto conjunto apresentado pelo CH e PCP para os projetos de resolução n.ºs 396/XVI/1.ª (CH) e 427/XVI/1.ª (PCP)?

1.2. Inclusão na OD da discussão e votação do Projeto de voto de congratulação n.º 461, do PSD, *Ao Seminário de Nossa Senhora da Conceição, na comemoração do seu 100.º Aniversário?*

2. Audição conjunta de diversas entidades e personalidades sobre o uso dos telemóveis na escola, por requerimento do CDS-PP

3. Audiência à Associação Jurídica pelos Direitos Fundamentais (AJDF), associação, associação de professores que está a defender a saúde dos professores com soluções práticas e imediatas, para reintegrar professores doentes através da medicina do trabalho, com o objetivo de partilharem informação sobre a sua atividade

4. Aprovação das atas de reuniões anteriores

5. Comunicações da Presidente

5.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Resolução – Especialidade

- Projeto de Resolução n.º 396/XVI/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão
- Projeto de Resolução n.º 427/XVI/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão

ii. Iniciativas Legislativas - Especialidade

A) Educação pré-escolar a partir dos 3 anos

- Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.ª (L) – Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

B) Sobre Abandono do Ensino Superior / Custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e suplemento que suporte estes custos / Medidas de Ação Social Escolar

- PJR n.º 294/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior
- PJR n.º 342/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do Ensino Superior
- PJR n.º 343/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e que crie um suplemento que suporte estes custos

C) Medidas de Ação Social Escolar – ensino básico e secundário

- PJR n.º 367/XVI/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que estenda as medidas de Ação Social Escolar aos alunos carenciados que frequentam o Ensino Particular e Cooperativo

D) Sobre Carreira de Investigadores e Docentes do ensino superior / Valorização de carreiras

- PJL n.º 284/XVI/1.ª (L) – Progressão salarial dos Investigadores e dos Docentes Universitários mais rápida e justa

E) Sobre Carreira de Investigadores e Docentes do ensino superior / Valorização de carreiras

- PJR n.º 152/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da Carreira de Investigação Científica nos Laboratórios de Estado
- PJR n.º 323/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica
- PJR n.º 326/XVI/1.ª (BE) – Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior
- PJR n.º 327/XVI/1.ª (PAN) – Pela valorização dos investigadores e dos docentes do Ensino Superior
- PJR n.º 365/XVI/1.ª (PCP) – Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica
- PJR n.º 371/XVI/1.ª (L) – Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado e da FCT
- PJR n.º 375/XVI/1.ª (BE) – Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado

F) Sobre Rede de serviços de psicologia

- PJL n.º 337/XVI/1.ª (PAN) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

G) Sobre Medidas contra a violência na escola

- PJR n.º 130/XVI/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar
- PJR n.º 153/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção
- PJR n.º 208/XVI/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens
- PJR n.º 304/XVI/1.ª (L) – Pela valorização e qualificação das carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola
- PJR n.º 390/XVI/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar

H) Sobre uso de telemóveis na escola

- PJR n.º 388/XVI/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo o Reforço da Reflexão e Ação sobre o Impacto dos Telemóveis em Ambiente Escolar
- PJR n.º 391/XVI/1.ª (L) – Por melhores condições para brincar e para estar na Escola
- PJR n.º 392/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil

5.2. Pedidos de audiência

5.2.1. Da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), para apresentarem propostas de discussão entre os jovens e os Deputados

5.2.2. Da Equipa de Investigação Equity&PISA - Professor Doutor Gil Nata, investigador principal do projeto de investigação "Equidade Educativa

através do PISA: Resultados e Discursos" (juntamente com Tiago Neves, co-investigador principal) para apresentação dos principais resultados, de que resultaram dados e conclusões relevantes para as políticas educativas, em particular para a promoção da equidade educativa.

5.2.3. Da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) sobre a discriminação relativa aos apoios a docentes deslocados da área de domicílio.

5.2.4. Da Federação Nacional dos Professores (FENPROF) para abordar a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce na Infância (IPI).

5.2.5. Do Movimento Voz aos Estudantes no sentido de discutir os problemas relacionados com os muitos casos de ataques à democracia nas Escolas Secundárias do país, especialmente no que toca ao direito à autonomia e à democracia interna das Associações de Estudantes e apresentar as suas visões e soluções.

5.2.6. Da Associação de Professores de Português (APP) para equacionar a revisão curricular anunciada pelo Governo

5.3. Relatório da audiência aos representantes do Programa SuperSearchers Portugal

5.4. Relatório da reunião com o Professor Bravo Nico, da Universidade de Évora e alunos da unidade curricular Educação e Instituições Políticas

5.5. Audição do MECI a requerimento do BE, sobre o início do ano letivo: 7/1/2025, 15h00

6. Discussão e votação do relatório sobre o Projeto de Lei n.º 328/XVI/1.ª (PS) – Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior

7. Discussão e votação do requerimento da IL para audição urgente do Ministro da Educação, Ciência e Inovação sobre as metas do Plano + Aulas + Sucesso

8. Outros assuntos

9. Data da próxima reunião

---

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

1.1. A Senhora Presidente questionou os grupos parlamentares se concordavam com a inclusão na OD da discussão e votação na especialidade do texto conjunto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH e do PCP para os projetos de resolução n.ºs 396/XVI/1.ª (CH) – *Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão* - e 427/XVI/1.ª (PCP) - *Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão* - e os mesmos assentiram.

1.2. A Senhora Presidente questionou também os grupos parlamentares se concordavam com a inclusão na OD da discussão e votação do Projeto de voto de congratulação n.º 461, do PSD, *Ao Seminário de Nossa Senhora da Conceição, na comemoração do seu 100.º Aniversário,* e os mesmos assentiram.

A proposta de Ordem do Dia, com as alterações referidas acima, foi aprovada por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH, do CDS-PP e da IL registando-se a ausência dos Deputados do PCP, do BE, e do L.

2. Audição conjunta de diversas entidades e personalidades sobre o uso dos telemóveis na escola, por requerimento do CDS-PP

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes das diversas entidades presentes, explicou a grelha de tempos e de seguida passou a

palavra ao Senhor Deputado Paulo Núncio (CDS-PP) que apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar.

De seguida foi dada a palavra aos representantes das diversas entidades, para se pronunciarem sobre a matéria.

Paulo Cardoso, membro do Conselho Executivo da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP), disse o seguinte em síntese:

1. Defendeu que a sensibilização, realizada pelas famílias e pelas escolas, é mais eficaz do que a proibição na gestão da utilização de telemóveis pelos alunos, promovendo um envolvimento colaborativo entre escola e família;
2. A proibição é mais viável nos primeiros ciclos do ensino básico, mas nos ciclos mais avançados (terceiro ciclo e secundário), a abordagem deve ser mais equilibrada, considerando a convivência entre alunos de diferentes ciclos e as necessidades específicas, como o uso de telemóveis para, por exemplo, realizar a leitura da glicemia em crianças com diabetes tipo 1 e 2;
3. É fundamental que as escolas sejam equipadas com materiais e recursos adequados para que os alunos não precisem de utilizar os seus próprios dispositivos e possam dedicar os intervalos a atividades sociais e recreativas;
4. A regulamentação deve ser uniforme, abrangendo alunos, professores e assistentes operacionais, para garantir que o exemplo incentive a adesão às normas;
5. A redução do uso de telemóveis nas escolas visa melhorar a interação social, a saúde mental e a convivência entre os alunos, mas é necessário também acompanhar questões como o *bullying* e o *cyberbullying*, que podem persistir fora do ambiente escolar.

Matilde Sobral, co-Fundadora da Associação Mirabilis disse o seguinte em síntese:

1. Enfatizou, com base em evidências científicas, o impacto negativo do uso excessivo de ecrãs na saúde mental e no desenvolvimento de crianças e jovens, incluindo vícios, perda de competências sociais e aumento de problemas como ansiedade e depressão;

2. Como consequências do uso descontrolado de ecrãs destacou problemas como declínio dos resultados académicos, perda de criatividade, falta de habilidades sociais, maior incidência de *bullying* e *cyberbullying*, inércia física e mental, e dificuldades de regulação emocional;
3. Defendeu a proibição do uso de telemóveis em edifícios escolares até ao 12.º ano, alinhando-se com exemplos internacionais, explicando que na adolescência existe um maior risco de vício devido a características neurobiológicas específicas;
4. Enfatizou a necessidade de capacitar toda a comunidade escolar sobre o uso consciente dos ecrãs, destacando o papel das famílias no suporte e das escolas na criação de um ambiente formativo e regulador;
5. Por fim, considerou que regulamentação do uso de telemóveis é uma questão de saúde pública que requer legislação para promover equidade entre escolas públicas e privadas, garantindo que todas as crianças tenham oportunidade de um desenvolvimento saudável e equilibrado.

Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas (ANDAEP), disse o seguinte em síntese:

1. As escolas públicas já discutem o uso de telemóveis nos conselhos gerais e pedagógicos há anos. A recomendação recente do Ministério da Educação apenas trouxe de volta o tema à agenda mediática;
2. O telemóvel pode ser usado em sala de aula como instrumento de trabalho, se autorizado pelo professor, conforme o Estatuto do Aluno, havendo reconhecimento do potencial pedagógico do telemóvel quando utilizado de forma controlada e para fins educativos;
3. Defendeu a autonomia das escolas para decidir com base na sua realidade, considerando que este problema não é exclusivo das escolas, refletindo uma dependência generalizada de ecrãs e criticando o papel dos pais que, muitas vezes, incentivam o uso excessivo de telemóveis para gerir comportamentos ou manter o constante contato com os filhos;
4. Os intervalos escolares não têm uma expressão temporal tão extensa para se considerar que é aqui que o problema é mais significativo, admitindo, porém, que estes poderiam ser mais benéficos sem o uso de telemóveis;

5. Defendeu a revisão do Estatuto do Aluno para abordar a realidade atual, incluindo o uso de tecnologias e apostar na sensibilização dos pais, alunos e professores para o uso equilibrado dos telemóveis, combatendo a dependência e promovendo práticas saudáveis.

Rodrigo Queiroz e Melo, diretor Executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), disse o seguinte em síntese:

1. A relação entre o uso de telemóveis e problemas de saúde mental ou dependência de ecrãs deve ser fundamentada em evidências científicas sólidas para justificar proibições legais, comparáveis a outras medidas de saúde pública;
2. As escolas, especialmente no setor privado, adotam diversas abordagens para gerir o uso de telemóveis, como a proibição em ciclos iniciais ou limitar o uso durante as aulas e esta diversidade reflete a liberdade e autonomia das escolas em oferecer projetos educativos adaptados às suas comunidades;
3. Há indícios de que o uso de telemóveis pode exacerbar fragilidades pré-existentes, mas não há consenso sobre se são a causa direta de problemas de saúde mental, e, por isso, apoia orientações claras que promovam a saúde mental e previnam a dependência, desde que baseadas em evidências científicas;
4. O tempo de uso não supervisionado de telemóveis nas escolas corresponde a cerca de 2 horas por dia, assim, o maior impacto potencial acontece fora do ambiente escolar, nas 16 horas restantes;
5. A aplicação de regras sobre o uso de telemóveis deve ser consistente para toda a comunidade escolar, evitando desigualdades.

Paula Figueiras Carqueja, presidente da Associação Nacional de Professores (ANP), disse o seguinte em síntese:

1. O problema principal não é o telemóvel, mas a interferência de pais que contactam os filhos durante aulas ou intervalos, perturbando o ambiente escolar;
2. Explicou haver resistência de pais e alunos à limitação do uso de telemóveis e daí ser essencial sensibilizar as famílias e esclarecer o papel delas na gestão do uso responsável dos dispositivos;

3. Defendeu a proibição de telemóveis na educação infantil e no 1.º e 2.º ciclos, devido ao impacto no desenvolvimento social, cognitivo e motor e salientando a que nestas faixas etárias é essencial brincar ao ar livre e realizar atividades práticas;
4. Em alunos entre os 13 e os 18 anos propôs a introdução de práticas pedagógicas que promovam o uso responsável de telemóveis, aproveitando a tecnologia para fins educativos, mas com regras claras e orientação dos professores;
5. O uso inadequado pode levar a problemas como *ciberbullying*, dependência tecnológica, isolamento social, ansiedade e pressão das redes sociais. É fundamental estabelecer normas claras que envolvam todos os atores educativos;
6. A escola deve proporcionar educação digital que ensine a utilizar a tecnologia de forma ética e produtiva, equilibrando seus benefícios com a necessidade de foco e interação social no ambiente escolar.

Inês Freire de Andrade, presidente da Associação No Bully Portugal, disse o seguinte em síntese:

1. O uso inadequado de telemóveis pode facilitar comportamentos de *bullying* e criar dependência, mas proibições totais têm efeitos contraditórios e podem promover ambientes hostis ou agravar o isolamento social;
2. Propôs integrar programas nos currículos escolares para ensinar o uso responsável e pacífico das tecnologias, promovendo literacia digital e abordando *o bullying online* de forma sistemática;
3. Recomendou capacitar profissionais e famílias com ferramentas para gerir o uso de telemóveis, identificar sinais de *bullying online* e implementar intervenções eficazes baseadas em evidências científicas;
4. Sugeriu a criação de políticas inclusivas com a participação ativa de todos os atores da comunidade escolar, incluindo estudantes, para equilibrar os benefícios tecnológicos com o uso responsável dos dispositivos;
5. Por fim, defendeu a contratação de mais profissionais, como psicólogos e assistentes sociais, para apoiar a implementação de políticas e contribuir para a criação de ambientes escolares seguros e inclusivos.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Inês Barroso (PSD), Eduardo Pinheiro (PS), José de Carvalho (CH), Patrícia Gilvaz (IL), Paula Santos (PCP) e Paulo Núncio (CDS-PP) que fizeram perguntas e teceram algumas considerações sobre esta matéria.

Na sequência das intervenções e questões colocadas, os representantes das entidades pronunciaram-se.

Paulo Cardoso, membro do Conselho Executivo da CONFAP, disse o seguinte em síntese:

1. Destacou a necessidade de formação para pais e alunos sobre o uso responsável dos dispositivos digitais, com o apoio de gabinetes multidisciplinares nas escolas;
2. Sugeriu a reintrodução de jogos tradicionais nas escolas como alternativa aos dispositivos digitais, promovendo interação social e criatividade nos intervalos escolares;
3. Reconheceu a relevância da digitalização, mas alertou para o uso excessivo e para a falta de preparação das crianças no manuseio produtivo de ferramentas digitais;
4. Defendeu a autonomia das escolas, com estratégias definidas pelos Conselhos Gerais, que incluem professores, pais e membros da comunidade, para a implementação gradual e responsável da digitalização;
5. Por fim, reiterou o compromisso em colaborar com escolas, autarquias e entidades governamentais, promovendo debates e iniciativas que melhorem a educação e assegurem o bem-estar das crianças e jovens.

Mariana Reis, presidente da Mirabilis disse o seguinte em síntese:

1. Defendeu a formação contínua para todos os agentes educativos como forma de prevenir problemas, especialmente relacionados à saúde mental, e capacitar para a utilização responsável da tecnologia;
2. Ressaltou a importância do recreio como espaço essencial para o desenvolvimento cognitivo e relacional, destacando que a mera presença de telemóveis pode reduzir a capacidade cognitiva dos alunos;
3. Propôs o aumento da idade mínima para acesso às redes sociais e *sites* de conteúdo inadequado, assim como da implementação de controles parentais automáticos nos dispositivos vendidos a crianças;

4. Sugeriu campanhas educativas sobre o uso excessivo de ecrãs e a revisão de leis relacionadas ao *ciberbullying* e *deepfakes*, com foco na responsabilização e sensibilização;
5. Apelou ao uso equilibrado da tecnologia nas escolas, com distinção clara entre aprendizagem e entretenimento, e uma maior responsabilidade do Governo na implementação de políticas que promovam ambientes educativos saudáveis.

Filinto Lima, presidente da ANDAEP, disse o seguinte em síntese:

1. As escolas devem ter autonomia para decidir sobre o uso de telemóveis, tanto em sala de aula quanto no recreio, com base nas suas realidades específicas;
2. A regulação do uso de telemóveis não é uma questão recente; muitas escolas públicas e privadas já debatiam esta matéria e haviam já implementado medidas a este respeito;
3. Criticou a prática de os pais darem telemóveis aos filhos para um controle constante, podendo criar problemas durante o horário escolar;
4. A melhor forma de lidar com o uso dos telemóveis é por meio da sensibilização, de alunos e pais, promovendo o uso responsável e destacando que o problema vai além do âmbito escolar, sendo uma questão social mais ampla.

Rodrigo Queiroz e Melo, diretor Executivo da AEEP, disse o seguinte em síntese:

1. Defendeu a necessidade de medidas legislativas mais abrangentes para regular o acesso às redes sociais e introduzir bloqueios automáticos nos dispositivos;
2. Reforçou o princípio da autonomia das escolas para decidir sobre questões internas, respeitando a individualidade de cada projeto educativo;
3. O problema do uso inadequado dos telemóveis é uma questão social, exigindo ações que vão além do ambiente escolar;
4. Aludiu à ineficácia das proibições, indicando que soluções pontuais são insuficientes;
5. A escola deve assumir um papel exemplar e educador, promovendo boas práticas, mas são necessárias medidas para enfrentar o problema de forma global.

Paula Figueiras Carqueja, presidente da ANP, disse o seguinte em síntese:

1. A recomendação foi importante para iniciar o debate público sobre o uso dos telemóveis nas escolas, mas é importante haver uma avaliação no final do ano, com publicação dos resultados, para entender o impacto em diferentes contextos escolares;
2. Destacou a necessidade de diferenciar o digital dos telemóveis, pois as ferramentas digitais podem ser reguladas, como bloqueios de conteúdo em computadores, algo que não é possível com os telemóveis individuais;
3. É necessário capacitar os professores para integrarem a tecnologia de forma construtiva no ensino, há formação está em curso, mas há uma lacuna específica no manuseamento do uso dos telemóveis em contexto educativo;
4. Há resistência dos pais em colaborar com as escolas, nestas matérias e, por isso, sugeriu campanhas massivas sobre os malefícios do uso excessivo de ecrãs, com envolvimento de médicos, meios de comunicação e organizações da sociedade civil;
5. Os telemóveis podem causar distrações e gerar ansiedade em crianças e ainda que as evidências concretas sobre o impacto na saúde mental sejam limitadas, seria útil ouvir especialistas, como psiquiatras, para fundamentar futuras ações.

Inês Freire de Andrade, presidente da Associação No Bully Portugal, disse o seguinte em síntese:

1. É importante que as regras sejam consistentes para o 2.º e 3.º ciclos, especialmente quando os alunos partilham o mesmo espaço de recreio, porém a falta de pessoal para vigiar os recreios é uma barreira significativa para a implementação eficaz dessas medidas;
2. As escolas devem ter autonomia para decidir com base nas suas realidades e necessidades, no entanto, é crucial realizar avaliações do impacto das medidas implementadas para fundamentar futuras decisões;
3. Envolver os alunos, mas também toda a comunidade escolar na criação das regras pode é fundamental para o sucesso das medidas;
4. Muitos pais sentem-se mais seguros se tiverem um contacto mais direto com os filhos, especialmente em casos de *bullying*, assim é necessário criar meios alternativos para garantir essa segurança e reduzir a dependência dos telemóveis;

5. Investir em apoio psicológico nas escolas é essencial para lidar com problemas como *bullying* e a dependência dos ecrãs. Além disso, espaços animados e monitorizados nos recreios podem prevenir tanto o *bullying* como o uso excessivo de dispositivos.

A gravação da audição, bem como a documentação entregue encontram-se disponibilizadas na página da audição, constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A Senhora Presidente informou que a Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e Adolescência (APPIA) e a Direção-Geral da Educação, por impossibilidade de agenda, não puderam estar presentes nesta audição, mas iriam pronunciar-se por escrito.

O Senhor Deputado Paulo Núncio (CDS-PP) considerou ser relevante ouvir a APPIA presencialmente. A Senhora Deputada Isabel Ferreira (PS) considerou dever questionar-se a entidade no sentido de perceber se preferia pronunciar-se presencialmente ou por escrito. A Senhora Deputada Inês Barrosos (PSD) considerou que, atendendo à missão desta associação deveria ser ouvida presencialmente. O Senhor Deputado José de Carvalho (CH) disse que qualquer modalidade, presencial, online ou por escrito estaria bem.

A Senhor Presidente disse então que se iria contactar a APPIA no sentido de auscultar a sua preferência, e no caso da APPIA optar por enviar contributo escrito os grupos parlamentares deveriam enviar as perguntas que pretendem que sejam respondidas.

3. Audiência à Associação Jurídica pelos Direitos Fundamentais (AJDF), associação de professores que está a defender a saúde dos professores com soluções práticas e imediatas, para reintegrar professores doentes através da medicina do trabalho, com o objetivo de partilharem informação sobre a sua atividade

A Senhora Presidente da Comissão deu as boas-vindas aos representantes da AJDF, explicou a grelha de tempos e de seguida passou a palavra ao Presidente da Associação, Paulo Ribeiro, para a sua intervenção inicial, que em síntese disse o seguinte:

1. A AJDF é composta por professores e visa defender os seus direitos fundamentais, com foco na saúde dos professores, incluindo o acesso à medicina do trabalho;
2. A saúde é descrita como um estado de bem-estar físico, mental e social, não apenas a ausência de doença, reforçando a necessidade de suporte adequado para os professores;
3. A AJDF entrou com uma ação popular para garantir o direito à medicina do trabalho e realizou diversas ações, como exposições a órgãos competentes, *press releases,* e solicitações de audiência ao Ministério da Educação;
4. Os Diretores escolares e regionais têm ultrapassado as suas competências, ignorando ou distorcendo a legislação, o que resultou em más práticas como a não marcação de consultas de medicina do trabalho ou o desrespeito pelas fichas de aptidão;
5. Embora a AJDF reconheça a importância da nota informativa emitida pelo Ministério, considera que esta não resolve questões fundamentais, como a marcação de consultas após as baixas médicas ou o reconhecimento de fichas de aptidão anteriores;
6. As denúncias que lhes têm chegado por parte dos professores incluem o abuso de poder por parte de diretores escolares, práticas humilhantes e desrespeitosas, e atribuição de condições de trabalho incompatíveis com as limitações de saúde dos professores;
7. A fiscalização por parte da Inspeção Geral de Educação e Ciência (IGEC) e outras entidades tem sido ineficaz, com falta de uniformidade nos critérios de atuação;
8. Defendeu a importância de consultas regulares e avaliação de riscos no ambiente de trabalho, além da implementação de medidas corretivas;
9. Os relatos apontam para más práticas por parte de alguns médicos, violando princípios éticos, o que resultou em queixas a diversas entidades, como a Ordem dos Médicos e a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT);
10. A falta de acesso à medicina do trabalho tem levado ao aumento do absentismo entre professores, deixando alunos sem aulas e prejudicando a qualidade do ensino;
11. A AJDF propõe a criação de serviços estruturados e eficazes de segurança e saúde no trabalho, com contratos que garantam o cumprimento da legislação e a proteção aos professores;
12. Por fim, reforçou a necessidade de uma gestão mais humana e democrática, que respeite e valorize os professores como profissionais essenciais à sociedade.

Intervieram, depois, os Senhores Deputados Joaquim Barbosa (PSD), Elza Pais (PS), Maria José Aguiar (CH) e Patrícia Gilvaz (IL) que fizeram perguntas e teceram apreciações.

Na intervenção final, pronunciou-se Sofia Neves, Vice-Presidente da AJDF, que disse o seguinte em síntese:

1. A AJDF elogia a publicação da nota informativa, mas considera que esta não resolve todos os problemas e cria novos entraves, especialmente pela má aplicação da Lei n.º 102/2009 pelos diretores escolares e regionais;
2. Aludiu aos problemas estruturais nas lideranças intermédias, explicando que Diretores escolares e regionais frequentemente desconhecem ou desrespeitam a legislação, o que agrava os problemas de saúde e a gestão dos professores;
3. Assim a nota informativa poderia simplesmente instruir ao cumprimento da Lei n.º 102/2009, acompanhada de um manual de instruções para os diretores escolares;
4. A AJDF trabalha para proteger os direitos e a saúde dos professores, defendendo o cumprimento da legislação e oferecendo suporte jurídico e prático para casos concretos;
5. Não há serviços contratados de medicina do trabalho pelo Ministério da Educação, o que força os professores a procurar alternativas inadequadas ou a recorrer ao uso de atestados médicos;
6. Os professores enfrentam abuso de poder, assédio moral e condições impróprias de trabalho, especialmente quando pedem adaptações de horário com base em fichas de aptidão;
7. Sugeriu a implementação de projetos-piloto de serviços de saúde e segurança no trabalho em escolas, para avaliar resultados e prevenir problemas de saúde futuros;
8. Destacou a importância de garantir que os professores possam aceder a consultas de medicina do trabalho sem a obrigatoriedade de revelar informações médicas sigilosas;
9. A degradação da saúde dos professores compromete a qualidade da escola pública, já que não é possível ter um sistema educacional eficaz sem professores saudáveis;
10. Solicitou a resolução urgente de casos de professores com fichas de aptidão invalidadas e maior rapidez na marcação de consultas de medicina do trabalho;

11. Os professores devem continuar na carreira com tarefas adaptadas às suas condições de saúde, em vez de serem tratados como descartáveis;
12. Por fim apelou ao Ministério da Educação para que ouça a associação e implemente ações concretas para solucionar os problemas apontados, evitando recorrer a medidas jurídicas que prejudicam ainda mais os professores fragilizados.

A gravação da audição, bem como a documentação entregue encontram-se disponibilizadas na página da audição, constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

4. Aprovação das atas de reuniões anteriores

As atas das reuniões de 29 de outubro e 5 de novembro foram aprovadas por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS e do CH, registando-se a ausência dos Deputados da IL, do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

5. Discussão e votação do Projeto de voto de congratulação n.º 461, do PSD, ao Seminário de Nossa Senhora da Conceição, na comemoração do seu 100.º Aniversário

A Senhora Deputada Ana Santos (PSD), no âmbito da apresentação do voto, referiu que o Seminário perfez 100 anos em 14/11/2024 e descreveu a sua atividade ao longo dos anos, tendo realçado que recebeu mais de 10.000 jovens de todas as paróquias do Minho e formou mais de 1.500 sacerdotes, sendo uma escola de educação e formação integral, pelo que se impõe prestar-lhe homenagem, bem como aos seus dirigentes, docentes, alunos e comunidades envolventes.

O Senhor Deputado José Carvalho (CH) mencionou que o CH se associa ao voto de saudação, realçando a importância do Seminário para a diocese de Braga e para todo o país.

O Senhor Deputado Pedro Sousa (PS) referiu que o Seminário tem um papel de grande relevo em Braga, tendo recebido mais de 10.000 jovens e formado mais de 1.500 sacerdotes, constituindo um legado muito importante e foi agraciado com a medalha de

ouro da Câmara Municipal de Braga. Salientou ainda a importância do seu património artístico e a respetiva recuperação, que é de grande relevância na cidade.

O voto foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, registando-se a ausência dos Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

6. Comunicações da Presidente

6.1. Informação sobre baixa e distribuição de iniciativas

i. Projetos de Resolução – Especialidade

- Projeto de Resolução n.º 396/XVI/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão
- Projeto de Resolução n.º 427/XVI/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão

O CH e o PCP apresentaram uma proposta de texto conjunto, que foi incluída na OD e sujeita a discussão e votação conforme consta abaixo, no ponto 9.

ii. Iniciativas Legislativas - Especialidade

A) Educação pré-escolar a partir dos 3 anos

- Projeto de Lei n.º 252/XVI/1.ª (L) – Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 3 anos de idade

  - Baixa para apreciação na especialidade: 27-9-2024
  - Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 26-12-2024
  - Fim do prazo de consulta – 14-12-2024

A Comissão deliberou pedir ao PAR a prorrogação por 30 dias do prazo para apreciação na especialidade e fixar o seguinte calendário:

- Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP – 10/01/2025
- Discussão e votação na especialidade – 14/1/2025

B) Sobre Abandono do Ensino Superior / Custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e suplemento que suporte estes custos / Medidas de Ação Social Escolar

- PJR n.º 294/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo medidas de reforço no âmbito da ação social escolar no ensino superior
- PJR n.º 342/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo a aprovação de medidas de combate ao abandono do Ensino Superior
- PJR n.º 343/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda ao Governo que elabore um estudo nacional sobre os custos de aquisição de material académico no Ensino Superior e que crie um suplemento que suporte estes custos

- Baixa para apreciação na especialidade: 18-10-2024
- Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 19-01-2025
- Fim do prazo de consulta – 08-12-2024

A Comissão deliberou fixar o calendário seguinte para apreciação na especialidade:

- Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP – 12/12/2024
- Discussão e votação na especialidade – 17/12/2024

C) Sobre Rede de serviços de psicologia

- PJL n.º 337/XVI/1.ª (PAN) – Cria uma rede de serviços de psicologia nas escolas públicas e instituições de ensino superior e uma linha telefónica de apoio no Ensino Superior

  Nota: este PJL refere-se a escolas do ensino superior e não superior.

- Baixa para apreciação na especialidade: 25-10-2024
- Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 23-01-2025

- Fim do prazo de consulta – 10-12-2024

A Comissão deliberou fixar o calendário seguinte para apreciação na especialidade:

- Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP – 12/12/2024
- Discussão e votação na especialidade – 17/12/2024

D) Medidas de Ação Social Escolar – ensino básico e secundário

- PJR n.º 367/XVI/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo que estenda as medidas de Ação Social Escolar aos alunos carenciados que frequentam o Ensino Particular e Cooperativo

- Baixa para apreciação na especialidade: 18-10-2024
- Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 19-01-2025
- Fim do prazo de consulta – 08-12-2024

A Comissão deliberou fixar o calendário seguinte para apreciação na especialidade:

- Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP – 12/12/2024
- Discussão e votação na especialidade – 17/12/2024

E) Sobre Carreira de Investigadores e Docentes do ensino superior / Valorização de carreiras

- PJL n.º 284/XVI/1.ª (L) – Progressão salarial dos Investigadores e dos Docentes Universitários mais rápida e justa
- O PJL visa alterar o Estatuto da Carreira Docente Universitária e o Estatuto da Carreira de Investigação Científica
- Baixa para apreciação na especialidade: 18-10-2024
- Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 19-01-2025
- Fim do prazo de consulta – 09-12-2024

A Comissão deliberou pedir ao PAR a prorrogação por 90 dias do prazo para apreciação na especialidade, para o Projeto de Lei ser apreciado conjuntamente com o Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.ª (PS) e a Proposta de Lei n.º 24/XVI/1 (GOV), que visam

aprovar um novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica e aguardam o agendamento da discussão na generalidade no plenário.

F) Sobre Carreira de Investigadores e Docentes do ensino superior / Valorização de carreiras

- PJR n.º 152/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo a abertura de concursos para a contratação de doutorados para posições permanentes da Carreira de Investigação Científica nos Laboratórios de Estado
- PJR n.º 323/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo que valorize a carreira da docência no ensino superior e a carreira de investigação científica
- PJR n.º 326/XVI/1.ª (BE) – Valorizações remuneratórias dos docentes do ensino superior
- PJR n.º 327/XVI/1.ª (PAN) – Pela valorização dos investigadores e dos docentes do Ensino Superior
- PJR n.º 365/XVI/1.ª (PCP) – Integração dos trabalhadores dos Laboratórios do Estado na carreira de investigação científica
- PJR n.º 371/XVI/1.ª (L) – Recomenda a equidade salarial entre investigadores dos Laboratórios do Estado e da FCT
- PJR n.º 375/XVI/1.ª (BE) – Recomenda ao Governo que proceda à abertura de concursos para contratação para posições permanentes da carreira de investigação nos laboratórios do Estado

- Baixa para apreciação na especialidade: 18-10-2024
- Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 19-01-2025
- Fim do prazo de consulta – 09-12-2024

A Comissão deliberou pedir ao PAR a prorrogação por 90 dias do prazo para apreciação na especialidade, para os Projetos de Resolução serem apreciados a seguir ao Projeto de Lei n.º 180/XVI/1.ª (PS) e à Proposta de Lei n.º 24/XVI/1 (GOV), que visam aprovar um novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica e aguardam o agendamento da discussão na generalidade no plenário.

G) Sobre Medidas contra a violência na escola

- PJR n.º 130/XVI/1.ª (PSD) – Recomenda ao Governo o reforço do Programa Escola Segura e das ações de sensibilização contra a violência em meio escolar;
- PJR n.º 153/XVI/1.ª (PS) – Recomenda ao Governo uma análise compreensiva das ocorrências de violência em contexto escolar, visando uma atuação cada vez mais eficaz e a sua prevenção;
- PJR n.º 208/XVI/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas que fomentem a segurança e consequente diminuição de violência contra crianças e jovens;
- PJR n.º 304/XVI/1.ª (L) – Pela valorização e qualificação das carreiras de Assistente Técnico e de Assistente Operacional nas escolas e promoção de medidas que permitam a adequação destes recursos à realidade de cada escola;
- PJR n.º 390/XVI/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à violência e ao consumo de droga no meio escolar.

  - Baixa para apreciação na especialidade: 25-10-2024
  - Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 23-01-2025
  - Fim do prazo de consulta – 10-12-2024

A Comissão deliberou fixar o calendário seguinte para apreciação na especialidade:

- Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP – 12/12/2024
- Discussão e votação na especialidade – 17/12/2024

H) Sobre uso de telemóveis na escola

- PJR n.º 388/XVI/1.ª (CDS-PP) – Recomenda ao Governo o Reforço da Reflexão e Ação sobre o Impacto dos Telemóveis em Ambiente Escolar;
- PJR n.º 391/XVI/1.ª (L) – Por melhores condições para brincar e para estar na Escola;
- PJR n.º 392/XVI/1.ª (PAN) – Recomenda um conjunto de medidas com vista à regulamentação do uso de telemóveis nas escolas e sensibilização para o impacto dos ecrãs no desenvolvimento infantil.
  - Baixa para apreciação na especialidade: 25-10-2024

- Fim do prazo de apreciação na especialidade (90 dias) – 23-01-2025
- Fim do prazo de consulta – 09-12-2024

A Comissão deliberou fixar o calendário seguinte para apreciação na especialidade, para haver tempo para receber o contributo da Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e Adolescência (APPIA):

- Prazo para apresentação de propostas de alteração pelos GP – 10/01/2025
- Discussão e votação na especialidade – 14/01/2025

6.2. Pedidos de audiência

6.2.1.O pedido da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA), para apresentarem propostas de discussão entre os jovens e os Deputados, sobre os temas que consideram urgentes e relevantes para a transição ecológica, foi aprovado, tendo sido acordado que terá lugar numa reunião presidida pela Presidente da Comissão e aberta aos Deputados que queiram estar presentes, no dia 18 de dezembro, das 14h às 15h.

6.2.2.O pedido da equipa de investigação Equity&PISA - Professor Doutor Gil Nata, investigador principal do projeto de investigação "Equidade Educativa através do PISA: Resultados e Discursos" (juntamente com Tiago Neves, co-investigador principal) - para apresentação dos principais resultados, com dados e conclusões relevantes para as políticas educativas, em particular para a promoção da equidade educativa, foi aprovado, tendo sido consensualizado realizar a audiência numa reunião da Comissão, em data a fixar.

6.2.3. O pedido da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), para equacionar a discriminação relativa aos apoios a docentes deslocados da área de domicílio, foi aprovado, tendo sido consensualizado realizar a audiência numa reunião da Comissão, em janeiro.

6.2.4. O pedido da Federação Nacional dos Professores (FENPROF), para abordar a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce na Infância (IPI), foi

aprovado, tendo sido consensualizado realizar a audiência numa reunião da Comissão, em janeiro.

6.2.5. O pedido do Movimento Voz aos Estudantes, no sentido de discutir os problemas relacionados com os muitos casos de ataques à democracia nas Escolas Secundárias do país, especialmente no que toca ao direito à autonomia e à democracia interna das Associações de Estudantes e apresentar as suas visões e soluções, foi aprovado, tendo sido consensualizado realizar a audiência numa reunião presidida por um Deputado-piloto, a indicar pelo PS, e a realizar em janeiro.

6.2.6. O pedido da Associação de Professores de Português (APP), para equacionar a revisão curricular anunciada pelo Governo, foi aprovado, tendo sido consensualizado realizar a audiência numa reunião da Comissão, em janeiro.

6.3. O relatório da audiência aos representantes do Programa SuperSearchers Portugal, realizada a 23/10/2024, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

6.4. O relatório da reunião com o Professor Bravo Nico, da Universidade de Évora e alunos da unidade curricular Educação e Instituições Políticas, realizada a 21/11/2024, foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

6.5. A Comissão deu anuência à proposta do Ministro da Educação, Ciência e Inovação de se realizar a respetiva audição, por requerimento do BE, sobre o início do ano letivo, no dia 7/1/2025, às 15h00.

7. Discussão e votação do relatório sobre o Projeto de Lei n.º 328/XVI/1.ª (PS) – Estabelece o regime jurídico dos estudantes com necessidades educativas específicas no ensino superior

O Senhor Deputado Joaquim Barbosa (PSD), na qualidade de relator, fez a apresentação do relatório, que foi depois aprovado por unanimidade pelos Deputados

do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

8. Discussão e votação do requerimento da IL para audição urgente do Ministro da Educação, Ciência e Inovação sobre as metas do Plano + Aulas + Sucesso

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL), no âmbito da defesa do requerimento, questionou a razão da apresentação feita pelo Senhor Ministro, em 22 de novembro, no que respeita à redução do número de alunos sem aulas e ao cumprimento do Plano + Aulas + Sucesso, antecipando a data do fim do 1.º período, como estava previsto e tendo de seguida reconhecido que os números estavam errados e desencadeado uma auditoria para esclarecimento da situação.

Nesta sequência, defendeu que se proceda à audição urgente do Senhor Ministro, para esclarecimento completo sobre os dados que têm sido divulgados relativamente ao cumprimento do Plano.

A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) manifestou concordância com a audição do Senhor Ministro para explicar o que se passou, mas dado que foi desencadeada uma auditoria, defendeu que a audição deve ser depois da respetiva conclusão.

A Senhora Deputada Isabel Ferreira (PS) apresentou um requerimento oral para ser feita também a audição do Diretor Geral da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEST) e que a mesma ocorra antes da do Ministro.

A Senhora Deputada Patrícia Gilvaz (IL) manifestou concordância em relação à audição do Diretor da DGEST e que a mesma ocorra no dia 7/1/2025, antes da do Ministro.

A Senhora Deputada Maria José Aguiar (CH) concordou com as audições do Ministro e do Diretor Geral em 7/1/2025.

A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) defendeu a audição urgente do Ministro, a agendar para 7/1/2025, e a do Diretor Geral depois dos resultados da auditoria. Esta proposta não mereceu objeções.

O requerimento da IL foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

O requerimento oral do PS foi aprovado por unanimidade pelos Deputados do PSD, do PS, do CH e da IL, encontrando-se ausentes os Deputados do BE, do PCP, do L e do CDS-PP.

9. Discussão e votação na especialidade de Projetos de Resolução

- Projeto de Resolução n.º 396/XVI/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão
- Projeto de Resolução n.º 427/XVI/1.ª (PCP) – Recomenda ao Governo que desbloqueie as verbas necessárias para a requalificação da Escola Básica 2/3 de Azeitão

O CH e o PCP apresentaram uma proposta de texto conjunto. A Senhora Deputada Inês Barroso (PSD) referiu que se vão abster, dado que o que está em causa é esta escola e muitas outras, de cuja requalificação o Ministério está a tratar, pelo que não se justifica fazer recomendações para cada uma delas. A proposta de texto conjunto foi aprovada com os votos a favor dos Deputados do PS, CH e IL e a abstenção do PSD, registando-se a ausência dos Deputados do BE, PCP, L e CDS-PP.

10. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

11. Data da próxima reunião

- Visitas da Comissão - 4/12, de manhã, com saída da AR às 8h15
  - ✓ Agrupamento de Escolas de Agualva n.º 1, 2 Agualva-Cacém

- ✓ INIAV - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (Oeiras)

- Jornadas Parlamentares:
  → GP do CH: 9 e 10 de dezembro

- Reunião da Comissão: 11/12/2024 – 13h30
  - ✓ Audição de peticionários da Petição n.º 105/XVI/1.ª – Pela Equidade no Reposicionamento Docente e Correção de Ultrapassagens
    - Primeiro peticionário: José Joaquim Pereira da Silva
    - N.º de assinaturas: 9635
    - Deputado relator: José Barreira Soares (CH)
  - ✓ Audição da Associação Portuguesa de Psiquiatria da Infância e Adolescência (APPIA) sobre o uso dos telemóveis na escola, por requerimento do CDS-PP – 14h15

- Audição - 12/12/2024 – 13h15
  - Audição de peticionários da Petição n.º 92/XVI/1.ª – Pela regulamentação do reconhecimento de qualificações profissionais para a docência obtidas no Brasil – 12/12/2024, 13h15
  - Presidida pela relatora da petição, Deputada Rosário Gamboa (PS) e aberta a todos os Deputados
    - ✓ Primeiro peticionário: Daniel dos Santos Abreu de Melo Albuquerque Aleixo
    - ✓ N.º de assinaturas: 605

- Reunião da Comissão: 17/12/2024 – 15h00

- Reuniões do Grupo de trabalho RJIES
  - ✓ 05-12-2024 – 13h30 - audição conjunta da ANICT e ABIC
  - ✓ 11-12-2024 – 09h00 - audição conjunta SNESUP e FENPROF

- ✓ 18-12-2024 – Manhã - Audição conjunta - Federações/associações académicas

A reunião foi encerrada às 19:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 3 de dezembro de 2024

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

Manuela Tender

Comissão de Educação e Ciência

ATA NÚMERO 22/XVI/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Gabriela Cabilhas (PSD)
Eva Brás Pinho (PSD)
Germana Rocha (PSD)
Inês Barroso (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Sonia Dos Reis (PSD)
Eduardo Pinheiro (PS)
Isabel Ferreira (PS)
Sofia Canha (PS)
José Carvalho (CH)
Manuela Tender (CH)
Maria José Aguiar (CH)
Patrícia Gilvaz (IL)
Paula Santos (PCP)
Filipa Pinto (L)
Paulo Núncio (CDS-PP)
Francisco Sousa Vieira (PSD)
Joaquim Barbosa (PSD)
Elza Pais (PS)
Gabriel Mithá Ribeiro (CH)
Ana Santos (PSD)
Pedro Sousa (PS)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Rosário Gambôa (PS)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Almeida (PSD)
Mara Lagriminha Coelho (PS)
Miguel Matos (PS)
Palmira Maciel (PS)
Luísa Areosa (CH)
Joana Mortágua (BE)